

Metáfora*

Max Black

Tradução de Carlos André Fernandes

Revisão de L. H. Marques Segundo e Aluizio Couto⁴³

“Metaphor are no arguments, my pretty maiden.”

(*The Fortunes of Nigel*, Book 2, Ch. 2.)

Dar atenção às metáforas de um filósofo é depreciá-lo – é algo como elogiar um lógico por sua bela caligrafia. O vício em metáforas é considerado ilícito de acordo com o princípio segundo o qual daquilo que só se pode falar metaforicamente, não se deve falar o que quer que seja. No entanto, a natureza da ofensa não é clara. Gostaria de fazer algo para afastar o mistério que envolve o tópico; mas uma vez que os filósofos (apesar de seu notório interesse na linguagem) têm negligenciado tanto o assunto, terei de contar com a ajuda dos críticos literários. Eles, pelo menos, não aceitam o mandamento “não cometerás metáfora”, e nem presumem que a metáfora seja incompatível com o pensamento sério.

I

As perguntas as quais eu gostaria de ver respondidas dizem respeito à “gramática lógica” da “metáfora” e às palavras que tenham significados relacionados. Seria satisfatório ter respostas convincentes às perguntas: “Como reconhecemos um caso de metáfora?”, “Existem quaisquer critérios para detectar metáforas?”, “Metáforas podem ser traduzidas em expressões literais?”, “A metáfora é considerada apropriadamente como uma denominação de ‘genus commune’?”, “Quais são as relações entre metáfora e simile? Em que sentido, se houver algum, uma metáfora é ‘criativa’?”, “Qual é a razão de se usar uma metáfora?”. (Ou, mais resumidamente, “O que queremos dizer por ‘metáfora’?”. As perguntas exprimem

*Artigo publicado originalmente em *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, Vol. 55 (1954 - 1955), pp. 273-294.

⁴³ Fernandes é graduado em Filosofia pela UFOP. Marques Segundo é Bolsista CAPES, doutorando em Filosofia pela UFSC. Aluizio Couto é Mestrando pela UFMG, com bolsa CNPq.

tentativas de tornar mais claros alguns dos usos da palavra “metáfora” – ou, se alguém preferir o modo material, a análise da noção de metáfora.)

A lista não é completa, e várias das perguntas se sobrepõem de maneiras bastante óbvias. Mas espero que elas ilustrem suficientemente o tipo de investigação que se pretende.

Seria útil se pudéssemos partir de alguma lista consensual de “casos claros” de metáfora. Uma vez que a palavra “metáfora” tem alguns usos inteligíveis, embora vagos ou oscilantes, tem de ser possível construir tal lista. Presumivelmente, deveria ser mais fácil concordar se algum item deveria ser incluído do que sobre qualquer análise proposta da noção de metáfora.

Talvez a seguinte lista de exemplos, selecionada não completamente ao acaso, possa servir:

- (i) “O diretor cortou o direito a discussão.”
- (ii) “Uma cortina de fumaça de testemunhas”.
- (iii) “Uma melodia persuasiva”.
- (iv) “Vozes de mata-borrão” (Henry James).
- (v) “Os pobres são os negros da Europa” (Baudelaire).
- (vi) “A luz é nada mais que a sombra de Deus” (Sir Thomas Browne).
- (vii) “Oh querida criança branca, fortuita como os pássaros, brincando em meio a linguagens arruinadas.” (Auden).

Espero que todas essas sejam aceitas como *instâncias* inconfundíveis de metáfora, quaisquer que sejam os juízos que possam em último caso ser feitos sobre o significado de “metáfora”. Os exemplos são oferecidos como casos claros de metáfora, mas, com a possível exceção do primeiro, seriam impróprios como “paradigmas”. Se quiséssemos ensinar o significado de “metáfora” a uma criança, precisaríamos de exemplos mais simples, como “As nuvens estão chorando”, ou “As raízes estão lutando entre si”. (É importante que se encontre exemplos de

personificação?) Mas tenho tentado incluir algumas advertências de possíveis complexidades que mesmo metáforas relativamente fáceis possam gerar.

Considere o primeiro exemplo – “O diretor cortou o direito a discussão”. Um ponto inicial óbvio é o contraste entre a palavra “cortou” e as palavras restantes pelas quais ela é acompanhada. Isso seria comumente expresso dizendo-se que “cortou” tem aqui um sentido metafórico enquanto as outras palavras têm sentido literal. Apesar de apontarmos a frase inteira como uma instancia (um “caso claro”) de metáfora, a nossa atenção se volta rapidamente a uma única palavra, cuja presença é a razão aproximada para a atribuição. E observações similares podem ser feitas sobre os próximos quatro exemplos da lista, sendo as palavras cruciais, respectivamente, “cortina de fumaça”, “argumentativo”, “mata-borrão” e “negros”.

(Mas a situação é mais complicada nos dois últimos exemplos da lista. Na citação de Sir Thomas Browne, “Luz” supostamente deve ter um sentido simbólico, e certamente significar muito mais do que significaria num contexto de um manual de ótica. Aqui o sentido metafórico da expressão “a sombra de Deus” impõe um significado mais rico do que o usual ao conteúdo da frase. Efeitos similares podem ser notados na passagem de Auden (considere, por exemplo, o significado de “branco” na primeira linha). Terei de negligenciar tais complexidades neste artigo.)

Em geral, quando falamos de uma metáfora relativamente simples, estamos nos referindo a uma frase ou a uma outra expressão na qual *algumas* palavras são usadas metaforicamente embora as restantes sejam usadas não-metaforicamente. Uma tentativa de construir uma frase inteira de palavras que sejam usadas metaforicamente resulta num provérbio, numa alegoria ou num enigma. Nenhuma análise preliminar da metáfora cobrirá satisfatoriamente mesmo um exemplo tão trivial como “à noite todas as vacas são pretas”. E casos de simbolismo (no sentido em que o castelo de Kafka é um “símbolo”) também necessitam de tratamento separado.

II

“O diretor cortou o direito à discussão”. Ao dizer que essa frase é um caso de metáfora, estamos dizendo que pelo menos uma palavra (aqui, a palavra “cortou”) está sendo usada metaforicamente na frase, e que pelo menos uma das palavras restantes está sendo usada literalmente. Chamemos à palavra “Cortou” o *foco* da metáfora, e ao restante da frase na qual essa palavra ocorre, *enquadramento*. (*Estamos* agora usando metáforas – e misturando-as de alguma maneira? Isso importa?) Uma noção que precisa ser clarificada é a de “uso metafórico” do foco de uma metáfora. Entre outras coisas, seria bom compreender como a presença de um único enquadramento pode resultar no uso metafórico da palavra complementar, enquanto que a presença de um enquadramento diferente para a mesma palavra não resulta em metáfora.

Se a frase sobre o comportamento do diretor fosse traduzida palavra por palavra em alguma língua estrangeira na qual isso fosse possível, diríamos que a frase traduzida é um caso *exatamente da mesma* metáfora. Assim, chamar uma frase de um caso de metáfora é dizer algo acerca do seu *significado*, não sobre sua ortografia, seu padrão fonético ou sua forma gramatical⁴⁴. (Para usar uma distinção bem conhecida, a “metáfora” tem de ser classificada como um termo pertencente à “semântica” e não à “sintaxe” – ou a qualquer investigação *física* sobre a linguagem.)

Suponha que alguém diga “Gosto de cortar minhas memórias regularmente”. Deveríamos ou não dizer que ele está usando a mesma metáfora como no caso já discutido? Nossa resposta dependerá do grau de similaridade que estamos dispostos a atribuir na comparação dos dois “enquadramentos” (pois temos o mesmo “foco” em cada uma das vezes). Diferenças nos dois enquadramentos produzirão *algumas* diferenças na interação⁴⁵ entre foco e enquadramento nos dois casos. Se considerarmos as diferenças como suficientemente notáveis para nos justificar a dizer que as frases são *duas* metáforas é uma questão de decisão arbitrária. “Metáfora” é, na melhor das

⁴⁴ Qualquer parte do discurso pode ser usada metaforicamente (ainda que os resultados sejam escassos e desinteressantes no caso das conjunções), qualquer forma de expressão verbal pode conter um foco metafórico.

⁴⁵ Aqui estou usando a linguagem apropriada para a “perspectiva interacionista” da metáfora que é discutida no final deste artigo.

hipóteses, uma palavra vaga, e temos de ser cautelosos ao atribuir a ela regras de uso mais estritas do que aquelas que são efetivamente encontradas na prática.

Até agora, tenho tratado “metáfora” como um predicado aplicável apropriadamente a certas expressões, sem dar atenção a quaisquer ocasiões nas quais as expressões são usadas, ou aos pensamentos, ações, sentimentos e intenções dos falantes em tais ocasiões. E isso é seguramente correto para *algumas* expressões. Reconhecemos, sem a necessidade de saber quem usou a expressão, ou em quais ocasiões ou com que intenção, que chamar um homem de “latrina” é usar uma metáfora. As regras da nossa linguagem determinam que algumas expressões têm de contar como metáforas; e um falante não pode mais mudar isso do mesmo modo que pode legislar que “vaca” deva significar o mesmo que “ovelha”. Mas temos também de reconhecer que as regras estabelecidas da linguagem deixam uma ampla margem para variação, iniciativa e criação individuais. Há indefinidamente muitos contextos (incluindo aproximadamente todos os contextos interessantes) onde o significado de uma expressão metafórica tem de ser reconstruído a partir das intenções do falante (e outras pistas), pois as regras amplas do uso padrão são demasiado gerais para fornecer a informação necessária. Quando Churchill, em uma famosa expressão, chamou Mussolini de “aquele *utensílio*”, o tom de voz, a colocação verbal e o pano de fundo histórico ajudaram a deixar claro *qual* metáfora estava sendo usada. (Contudo, mesmo aqui, é difícil ver como a expressão “aquele utensílio” poderia ser ainda aplicada a um homem a não ser como um insulto. Aqui, como em outra parte, as regras gerais de uso funcionam como limitações na liberdade do falante de dizer tudo o que ele quiser. Esse é um exemplo, embora ainda simples, do quanto o reconhecimento e a interpretação de uma metáfora podem exigir atenção às *circunstâncias particulares* de sua elocução.

É especialmente notável que, em geral, não há qualquer regra padrão para o grau de *importância* ou *ênfase* a ser atribuído a um uso particular de uma expressão. Para saber o que o usuário de uma metáfora quer dizer, precisamos saber o quão “seriamente” ele trata o foco metafórico. (Ele ficaria igualmente satisfeito em ter um sinônimo aproximado ou somente *aquela* palavra serviria?

Devemos considerar apressadamente a palavra, observando somente suas implicações mais óbvias – ou deveríamos dar importância às suas associações menos imediatas?) No discurso podemos usar ênfase e fraseologia como dicas. Mas no discurso impresso ou escrito, mesmo estes auxílios rudimentares estão ausentes. No entanto, esse “peso” de certa forma esquivo de uma metáfora (suposta ou detectada⁴⁶) é de grande importância prática na exegese.

Tomemos um exemplo filosófico. Se a expressão “forma lógica” deveria ser tratada em um enquadramento particular como tendo um sentido metafórico, dependerá da medida em que o usuário é considerado consciente de alguma suposta analogia entre argumentos e outras coisas (vasos, nuvens, batalha, piadas) “forma”. Dependerá ainda mais se o escritor deseja que a analogia seja ativada na mente de seus leitores; e quanto o seu próprio pensamento depende e está nutrido pela suposta analogia. Não temos de esperar que as “regras da linguagem” sejam de muita ajuda em tal investigação. (Há, de acordo com isso, um sentido de “metáfora” que pertence à “pragmática” ao invés de pertencer à “semântica” – e esse sentido pode ser o que merece mais atenção).

III

Tentemos a explicação mais simples possível que possa ser dada do significado de “O diretor cortou o direito à discussão” e vejamos o quão longe ela nos levará. Um comentário plausível (para aqueles que presumivelmente têm a mentalidade por demais literal para compreender o original) pode ser alguma coisa como o que se segue:

“Um falante que usa a frase em questão é entendido como alguém que quer dizer *alguma coisa* sobre um diretor e seu comportamento em alguma reunião. Em vez de dizer clara ou *diretamente* que o diretor lidou sumariamente com objeções, ou impiedosamente suprimiu comentários irrelevantes, ou algo do tipo, o falante escolheu usar a palavra (‘cortou’) que, estritamente falando, significa algo

⁴⁶ Quero aqui que se dê, tanto quanto possível, o menor “peso” possível a essas palavras!

diferente. Mas um ouvinte inteligente pode facilmente imaginar o que o falante tinha em mente.”⁴⁷

Essa explicação trata a expressão metafórica (chamemo-la “*M*”) como uma substituta para alguma outra expressão literal (“*L*”, digamos) que teria expressado o mesmo significado, tivesse ela sido usada. De acordo com essa perspectiva, o significado de *M*, em sua ocorrência metafórica, é apenas o significado *literal* de *L*. O uso metafórico de uma expressão consiste, de acordo com essa perspectiva, no uso dessa expressão em outro sentido que não seja o seu sentido apropriado ou normal, em algum contexto que permita o sentido inapropriado ou anormal a ser detectado e apropriadamente transformado. (As razões oferecidas para uma performance tão notável serão discutidas mais tarde.)

A qualquer perspectiva que sustente que uma expressão metafórica é usada no lugar de alguma expressão *literal* equivalente, chamarei *perspectiva substitutivista da metáfora*. (Gostaria que essa etiqueta cobrisse também qualquer análise que considere a frase inteira, que é o *locus* da metáfora, como substituindo um conjunto de frases literais.) Até recentemente, uma ou outra forma de perspectiva substitutivista tem sido aceita por muitos autores (comumente críticos literários ou autores de livros de retórica) que tiveram qualquer coisa a dizer sobre as metáforas.

Tomemos alguns exemplos. Whetely define uma metáfora como “uma palavra substituída por outra em razão da Semelhança ou Analogia entre suas significações.”⁴⁸ O verbete do dicionário Oxford (para saltar aos tempos modernos) também não é muito diferente disso: “Metáfora: A figura de linguagem na qual um nome ou termo descritivo é transferido para algum objeto diferente, mas análogo àquele que o termo é apropriadamente aplicável; um exemplo disso é uma expressão metafórica.”⁴⁹ Tão solidamente fortificada está a perspectiva

⁴⁷ Note como esse tipo de paráfrase naturalmente carrega alguma implicação de *falha* por parte do autor da metáfora. Há uma forte sugestão que ele deve ter tirado da cabeça aquilo que ele realmente quis dizer – a metáfora é descrita como um modo de encobrir falta de clareza e incertezas.

⁴⁸ Richard Whately, *Elements of Rhetoric* (7th revised. ed., London, 1846), p. 280.

⁴⁹ Em “Figura” temos: “Qualquer das várias “formas” de expressão, desviando do arranjo ou uso normal das palavras, que são adotadas a fim de dar beleza, variedade ou força a uma composição; e.g., Aposiopese, Hipérbole, Metáfora, etc.” Se tomarmos isso estritamente podemos ser conduzidos a dizer

expressa por essas definições que um autor contemporâneo que esteja explicitamente argumentando a favor de uma perspectiva da metáfora diferente e mais sofisticada, todavia, escorrega no velho modelo ao definir metáfora como “dizendo uma coisa e querendo dizer outra.”⁵⁰

Segundo a perspectiva substitutivista, o foco de uma metáfora, a palavra ou expressão que tem um uso distintamente metafórico no interior de um enquadramento literal, é usada para comunicar um significado que poderia ter sido expresso literalmente. O autor substitui *M* por *L*; é a tarefa do leitor inverter a substituição, usando o significado literal de *M* como um indício para o pretendido significado literal de *L*. Compreender uma metáfora é como decifrar um código ou decifrar um enigma.

Se agora perguntarmos por que, de acordo com essa perspectiva, o autor deveria dar a seus leitores a tarefa de resolver um quebra-cabeça, dois tipos de resposta nos serão oferecidas. A primeira é que de fato pode não haver equivalente literal, *L*, disponível na linguagem em questão. Os matemáticos falaram da “perna” de um ângulo porque não havia expressão literal concisa para denotar uma linha delimitadora; dizemos “lábios de cereja” porque não há modo que seja tão conveniente para dizer rapidamente como os lábios são. As metáforas preenchem as lacunas no vocabulário literal (ou, ao menos, supre a falta de abreviações convenientes). Assim vista, a metáfora é uma espécie de *catacrese*, que definirei como o uso de uma palavra em algum novo sentido a fim de reparar a lacuna no vocabulário. Catacrese é dar novos sentidos a velhas palavras.⁵¹ Mas se uma

que a transferência de uma palavra não adotada com o interesse de introduzir “beleza, variedade, ou força” tem de necessariamente falhar em ser um caso de metáfora. Ou a “variedade” automaticamente cobrirá *toda* a transferência? Notar-se-á que a definição do D.O.I. não é uma melhoria de Whately. Onde ele fala de uma “palavra” sendo substituída, o D.O.I. prefere “nome ou termos descritivos.” Se isso quer dizer restringir as metáforas a substantivos (e adjetivos?), está demonstravelmente errado. Mas, se não, qual é o “termo descritivo” que supostamente significa? E por que a referência de Whately à “Semelhança ou Analogia” foi aplicada a uma referência à analogia apenas?

⁵⁰ Owen Barfield, “Poetic Diction and Legal Fiction,” in *Essays Presented to Charles Williams* (Oxford, 1947), pp. 106–127. A definição de metáfora ocorre na p.111, onde a metáfora é tratada como um caso especial do que Barfield chama “ato de apontar”. Todo o ensaio merece ser lido.

⁵¹ O D.O.I. define catacrese como: O uso impróprio de palavras; aplicação de um termo a uma coisa que ela não denota apropriadamente, abuso ou deturpação de um tropo ou metáfora.” Quero excluir as sugestões pejorativas. Nada há de deturpado ou abusivo em alongar velhas palavras para ajustá-las a novas situações. Catacrese é simplesmente um caso de surpreendente transformação de significado que está constantemente ocorrendo em qualquer linguagem viva.

catacrese serve como uma necessidade genuína, o novo sentido introduzido rapidamente tornará parte do sentido *literal*. “Laranja” pode originalmente ter sido aplicado à cor por catacrese; mas agora a palavra é aplicada “apropriadamente” (e não metaforicamente) tanto à cor quanto à fruta. Curvas “osculadoras” não se beijam por muito tempo e passam rapidamente a um contato matemático mais prosaico. E o mesmo ocorre em outros casos. Quando bem-sucedida, o destino da catacrese é desaparecer.

Há, contudo, muitas metáforas sobre as quais as virtudes atribuídas à catacrese não podem se aplicar, porque há, ou tem de haver, algum equivalente literal facilmente disponível e igualmente conciso. Portanto, no exemplo um pouco infeliz⁵² “Richard é um leão”, que escritores contemporâneos têm discutido com maçante insistência, o significado literal é tomado como sendo o mesmo que o da frase “Richard é bravo”.⁵³ Aqui, a metáfora não tem a pretensão de enriquecer o vocabulário.

Quando a catacrese não pode ser invocada, as razões para substituir uma expressão indireta, metafórica, são tidas como estilísticas. É-nos dito que a expressão metafórica pode (em seu uso literal) se referir a mais objetos concretos que poderia sua equivalente literal; e isso supostamente dá prazer ao leitor (o prazer de ter os próprios pensamentos afastados de Richard e aproximados do irrelevante leão). Novamente, o leitor é tomado como alguém que aprecia a resolução de problemas – ou tomado como alguém que se deleita com a habilidade do autor que ora parcialmente oculta e ora parcialmente revela seu significado. Ou as metáforas dão um choque de “surpresa agradável” – e assim por diante. O princípio por trás dessas “explicações” parece ser: Quando em dúvida sobre alguma peculiaridade da linguagem, atribua sua existência ao prazer que ela dá ao

⁵² Podemos imaginar um indivíduo qualquer dizendo isso hoje em dia e seriamente querendo dizer qualquer coisa? Acho que é difícil fazê-lo. Mas na falta de um contexto autêntico de uso, qualquer análise está sujeita a ser diluída, óbvia e não proveitosa.

⁵³ Uma discussão desse exemplo, completa de diagramas, será encontrada em *Meaning and Change of Meaning* de Gustaf Stern (Goteborgs Hogskolas Arsskrift, vol. 38, 1932, part 1), pp.300 ff. A abordagem de Stern tenta apresentar como o leitor é conduzido pelo contexto a *selecionar* da conotação de “leão” o atributo (bravura) que se aplicará ao homem Richard. Entendo-o como defendendo uma forma de perspectiva substitutivista.

leitor. Um princípio que tem o mérito de funcionar bem na falta de quaisquer indícios.⁵⁴

Quaisquer que sejam os méritos de tais especulações sobre a resposta do leitor, elas concordam em fazer da metáfora uma *decoreção*. Exceto em casos em que uma metáfora é uma catacrese que remedia algumas imperfeições temporárias da linguagem literal, o propósito da metáfora é entreter e divertir. Seu uso, de acordo com essa perspectiva, sempre constitui um desvio do “comum e do estilo estritamente apropriado” (Whately).⁵⁵ Desse modo, se os filósofos têm algo mais importante para fazer do que dar prazer aos seus leitores, à metáfora pode não ter um lugar sério na discussão filosófica.

IV

A perspectiva de que uma expressão metafórica tem um significado que é uma transformação de seu significado literal normal é um caso especial de uma perspectiva mais geral acerca da linguagem “figurativa”. Essa sustenta que qualquer figura de linguagem envolvendo mudança semântica (e não meramente mudança sintática, como a inversão da ordem normal da palavra) consiste em alguma transformação de um significado *literal*. O autor fornece não seu significado pretendido, m , mas uma função sua, $f(m)$; a tarefa do leitor é aplicar a função inversa, f^{-1} , e assim obter $f^{-1}(f(m))$, *i.e.*, m , o significado original. Quando funções diferentes são usadas, diferentes tropos resultam. Portanto, na ironia, o autor diz o *oposto* do que ele pretende, na hipérbole, ele *exagera* seu significado, e assim por diante.

Qual é, então, a função transformadora característica envolvida na metáfora? A resposta a isso tem sido: *analogia* ou *similaridade*. M é ou similar ou

⁵⁴ Aristóteles atribui o uso da metáfora ao prazer na aprendizagem; Cícero liga o prazer na metáfora ao gozo da ingenuidade do autor na passagem do imediato, ou na vívida apresentação do objeto principal. Para a referência dessas e outras perspectivas tradicionais veja E. M. Cope, *An Introduction to Aristotle's Rhetoric* (London, 1867), “Appendix B to Book III, Ch. II: On Metaphor”.

⁵⁵ Assim Stern (*op. Cit.*) diz de todas as figuras de linguagem que “elas visam servir à função expressiva e útil do discurso melhor que ‘afirmações simples’” (p.296). Uma metáfora produz uma “intensificação” (*steigerung*) do objeto, mas o fator que conduz a seu uso “envolve a função expressiva e efetiva (útil) do discurso, não a função simbólica e comunicativa” (p. 290). Isso é para dizer que metáforas podem revelar sentimentos e outras predisposições para agir e perceber de vários modos– mas elas tipicamente não *dizem* qualquer coisa.

análoga em significado a sua equivalente literal *L*. Uma vez que o leitor tenha detectado a razão da analogia ou símile pretendida (com a ajuda do enquadramento, ou pistas extraídas de um contexto mais geral), ele pode refazer o caminho do autor e assim alcançar o significado literal original (o significado de *L*).

Se o autor sustenta que uma metáfora consiste na *apresentação* da analogia ou similaridade subjacente, ele estaria adotando o que eu chamarei uma “*perspectiva comparativista*” da metáfora. Quando Schopenhauer chamou uma prova geométrica de ratoeira, ela estava, segundo tal perspectiva, *dizendo* (ainda que não explicitamente): “Uma prova geométrica é *como* uma ratoeira, uma vez que ambas oferecem uma recompensa ilusória, atraem suas vítimas gradualmente, levam a uma surpresa desagradável, etc.” Esta é uma perspectiva da metáfora como um *símile* condensado ou elíptico. Notar-se-á que uma “perspectiva comparativista” é um caso especial de uma “perspectiva substitutivista.” Pois sustenta que o enunciado metafórico pode ser substituído por uma *comparação* equivalente literal.

Whately disse: “O Símile ou a Comparação podem ser considerados como diferindo de uma metáfora apenas na forma; a semelhança, que está implícita na metáfora, nesse caso é *explicitada*”.⁵⁶ Bain disse que “A metáfora é uma comparação implícita no mero uso do termo” e acrescenta que “é na circunstância de estar confinada a uma palavra, ou quando muito a uma expressão, que temos de procurar pelas peculiaridades da metáfora – suas vantagens por um lado, e perigos e abuso por outro”.⁵⁷ Essa perspectiva da metáfora, como símile ou comparação condensada, tem sido muito popular.

A principal diferença entre uma perspectiva substitutivista (do tipo anteriormente considerado) e a forma especial disso a que tenho chamado de perspectiva comparativista pode ser ilustrada pelo exemplo simples de “Richard é um leão”. De acordo com a primeira perspectiva, a frase significa

⁵⁶ Whately, *loc. Cit.* Ele prossegue traçando uma distinção entre “Semelhança propriamente dita, *i.e.*, semelhança *direta* entre os próprios objetos em questão, (como quando falamos de ‘planalto’, ou comparamos grandes ondas a *montanhas*)” e “Analogia, que é a semelhança de Proporção – uma similaridade das relações que elas mantêm com outros objetos; como quando falamos de ‘*luz da razão*’, ou de ‘revelação’, ou comparamos um guerreiro ferido e aprisionado a um navio encalhado”.

⁵⁷ Alexander Bain, *English Composition and Rhetoric* (Enlarged edition, London, 1887), p.159.

aproximadamente o mesmo que “Richard é corajoso”; de acordo com a segunda, aproximadamente o mesmo que “Richard é *como* um leão (em ser corajoso)”, sendo as palavras adicionadas nos parênteses entendidas, embora não explicitamente enunciadas. Na segunda tradução, como na primeira, o enunciado metafórico é tomado como ocupando o lugar de um enunciado *literal* equivalente. Mas a perspectiva da comparação fornece uma paráfrase mais elaborada, visto que o enunciado original é interpretado tanto como sendo sobre leões quanto sobre Richard.⁵⁸

A principal objeção contra uma perspectiva comparativista é que ela sofre de uma vagueza que beira a vacuidade. É de se esperar que estejamos perplexos sobre como alguma expressão (*M*) usada metaforicamente pode funcionar no lugar de alguma expressão literal (*L*) considerada como um sinônimo aproximado; e a resposta oferecida é que aquilo que *M* representa (em seu uso literal) é *similar* ao que *L* representa. Mas, o quão informativo isso é? Há uma tentação em pensar nas similaridades como “objetivamente dadas”, de modo que uma pergunta da forma “no que diz respeito a *P*, *A* é como *B*?” tenha uma resposta definida e predeterminada. Se assim fosse, símiles seriam regidos por regras tão rígidas quanto aquelas que controlam as afirmações da física. Mas semelhança sempre admite graus, de modo que uma pergunta verdadeiramente “objetiva” necessitaria de tomar alguma forma tal como “É *A* mais parecido com *B* do que com *C* no que diz respeito a *P*?” – ou, talvez, “É *A* mais próximo de *B* do que de *C* em tal e tal escala de graus de *P*?”. Contudo, na proporção em que abordamos tais formas, os enunciados metafóricos perdem sua efetividade e seu objetivo. Precisamos das metáforas apenas nos casos em que não pode haver qualquer questão tão precisa quanto os enunciados científicos. Um enunciado metafórico não é um substituto para uma comparação formal ou qualquer outro tipo de enunciado literal, mas tem suas próprias capacidades e realizações *distintas*. Frequentemente dizemos “*X* é

⁵⁸ A perspectiva comparativista provavelmente deriva de uma breve declaração de Aristóteles manifesta na *Poética*: “A metáfora consiste em dar à coisa um nome que pertence à outra; sendo a transferência ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie para espécie, ou sobre a base de analogia” (1457b). Não tenho espaço para uma discussão detalhada de Aristóteles como ela merece. Uma defesa competente de uma perspectiva baseada em Aristóteles será encontrada em *The World of Imagery* (London, 1927, especialmente. pp. 67 ff.) de S. J. Brown.

M', evocando alguma conexão atribuída entre *M* e uma atribuída a *L* (ou, ao invés, a um sistema indefinido *L*₁, *L*₂, *L*₃, ...) em casos em que, antes da construção da metáfora, teria sido difícil para nós expressá-la a fim de encontrar uma semelhança *literal* entre *M* e *L*. Seria mais iluminante em alguns desses casos dizer que a metáfora *cria* a similaridade do que dizer que ela formula alguma similaridade anteriormente existente.⁵⁹

V

Volto agora a considerar um tipo de análise que chamo de *perspectiva interacionista* da metáfora. Ela me parece ser livre dos principais defeitos da perspectiva da substituição e da perspectiva da comparação e oferece um importante *insight* sobre os usos e as limitações da metáfora.⁶⁰

Começemos com o seguinte enunciado: “Na formulação mais simples, quando usamos uma metáfora temos dois pensamentos sobre coisas diferentes juntamente ativos e suportados por uma única palavra ou frase cujo significado é um resultante de sua interação.”⁶¹

Podemos descobrir o que aqui se pretende ao empregar a observação de Richard ao nosso exemplo anterior: “Os pobres são os negros da Europa”. A perspectiva da substituição, em sua forma mais crua, diz-nos que alguma coisa está sendo *indiretamente* dita sobre os pobres da Europa. (Mas o que? Que eles são uma classe oprimida, uma vergonha permanente aos ideais oficiais da comunidade,

⁵⁹ Muito mais necessitaria ser dito em um exame completo da perspectiva comparativista. Seria revelador, por exemplo, considerar tipos contrastantes de casos nos quais uma comparação formal é preferida a uma metáfora. Uma comparação é muitas vezes um prelúdio a uma apresentação explícita das bases da semelhança contanto que não esperemos que uma metáfora explique a si própria. (Cf. A diferença entre *comparar* a face de um homem com uma máscara de lobo ao procurar por pontos semelhantes— e ver a face humana *como* vulpina.) Mas, sem dúvida, o limite entre *algumas* metáforas e *alguns* símiles não é preciso.

⁶⁰ As melhores fontes são os escritos de I. A. Richards, especialmente o Capítulo 5 (“Metaphor”) e o capítulo 6 (“Command of Metaphor”) de seu *The Philosophy of Rhetoric* (Oxford, 1936). Capítulos 7 e 8 de seu *Interpretation in Teaching* (London, 1938) abrange muito do mesmo assunto. Em *Greek Metaphor* (Oxford, 1936), W. Bedell Stanford defende, com erudição e destreza, o que ele chama de uma “teoria integracionista” (veja especialmente pp. 101 ff.). Infelizmente, ambos os autores têm grandes problemas em tornar clara a natureza da posição que estão defendendo. O capítulo 18 de *The Structure of Complex Words* (London, 1951) de W. Empson é uma discussão útil da perspectiva de Richard sobre a metáfora.

⁶¹ *The Philosophy of Rhetoric*, p.93. Richards também diz que a metáfora é “fundamentalmente um empréstimo e um intercurso entre *pensamentos*, uma transação entre contextos” (p.94). A metáfora, diz ele, requer duas ideias “que cooperam em um significado inclusivo” (p.119).

que pobreza é herdada e indelével?) A perspectiva da comparação diz que a epigrama *apresenta* alguma comparação entre os pobres e os negros. Em oposição a ambas, Richard diz que nossos “pensamentos” sobre os europeus pobres e os negros (americanos) são “ativados juntamente” e “interagem” para produzir um significado que é um resultante dessa interação.

Penso que isto tem de significar que em dado contexto a palavra foco “negros” obtém um *novo* significado, que *não* é exatamente seu significado nos usos literais, nem exatamente o significado que qualquer substituta literal teria. O novo contexto (o “enquadramento” da metáfora, em minha terminologia) impõe *extensão* de significado sobre a palavra foco. E considero que Richard está a dizer que para a metáfora funcionar o leitor tem de manter-se ciente da extensão do significado – tem de prestar atenção ao significado velho e novo juntos.⁶²

Mas como se dá essa extensão ou mudança de significado? Em um ponto, Richards fala de “características comuns” dos dois termos (os pobres e negros) como “o fundamento da metáfora” (*op. cit.*, p. 117), de modo que em seu uso metafórico uma palavra ou expressão tem de conotar somente uma *seleção* de características conotadas em seus usos literais. Isso, contudo, parece um retorno à análise mais antiga e menos sofisticada que ele está tentando substituir.⁶³ Ele está em terra mais firme quando diz que o leitor é forçado a “conectar” as duas ideias (p.125). E nessa “conexão” reside o segredo e o mistério da metáfora. Falar de “interação” de dois pensamentos “ativados conjuntamente” (ou, uma vez mais, de sua “inter-iluminação” ou “cooperação”) é *usar* uma metáfora enfatizando os aspectos dinâmicos de uma boa resposta do leitor a uma metáfora não trivial. Não tenho problemas com o *uso* de metáforas (caso sejam boas) para falar sobre a metáfora. Mas seria bom que usássemos várias metáforas para evitar sermos enganados pelo casual encanto das nossas preferidas.

⁶² Talvez seja isso que conduz Richards a dizer que “falar da identificação ou fusão que uma metáfora realiza é quase sempre enganoso e pernicioso” (*op. cit.*, p. 127).

⁶³ Comumente, Richard tenta mostrar que a similaridade entre os dois termos é, na melhor das hipóteses, *parte* da base para a interação dos significados em uma metáfora.

Tentemos, por exemplo, pensar em uma metáfora como um *filtro*. Considere o enunciado “O homem é um lobo”. Aqui, podemos dizer que estão *dois* objetos – o *objeto principal*, Homem (ou: homens) e o *objeto auxiliar*, Lobo (ou: lobos). Ora, o significado pretendido da frase metafórica em questão não será transmitido ao leitor suficientemente ignorante sobre lobos. Não é preciso que o leitor saiba o significado padrão de “lobo” – ou seja capaz de usar aquela palavra em sentido literal. É preciso apenas que saiba aquilo a que chamarei de o *sistema de lugares-comuns associados*. Imagine que se peça a um leigo para dizer, de muito especial, aquilo que ele pensa ser verdadeiro acerca dos lobos; o conjunto de afirmações resultante seria aproximado ao que estou chamando de o sistema de lugares-comuns associados à palavra “lobo”. Presumo que em qualquer cultura as respostas dadas por diferentes pessoas ao teste sugerido concordariam aproximadamente, e que mesmo um eventual especialista, que pode ter um notável conhecimento do assunto, ainda saberia “aquilo que o homem na rua pensa sobre o assunto”. Do ponto de vista do especialista, o sistema de lugares-comuns associados pode incluir meias verdades ou erros claros (como quando uma baleia é classificada como um peixe); mas o importante para a efetividade da metáfora não é que o lugar comum seja verdadeiro, mas antes que ele seja pronta e livremente despertado. (Por ser assim, uma metáfora que funciona em uma sociedade pode parecer absurda em outra. Homens que consideram que lobos são reencarnações de humanos mortos dariam ao enunciado “O homem é um lobo” uma interpretação diferente daquela que tenho assumido).

Para formular a questão de outro modo: usos literais da palavra “lobo” são regidos por regras sintáticas e semânticas, regras que quando violadas produzem falta de sentido ou autocontradições. Em acréscimo, sugiro, usos literais das palavras normalmente comprometem o locutor com a aceitação de um conjunto padrão de crenças sobre lobos (trivialidades correntes) que são de domínio comum dos membros de alguma comunidade falante. Negar qualquer parte do lugar comum aceito (*e.g.*, dizendo que os lobos são vegetarianos – ou facilmente domesticados) produz um efeito paradoxal e provoca uma demanda por justificação. Um locutor que diz “lobo” é normalmente tomado como alguém que pressupõe estar se referindo, em algum sentido da palavra, a algo feroz, carnívoro,

traíçoeiro, e assim por diante. A ideia de um lobo é parte de um sistema de ideias não nitidamente delineado mas que, no entanto, é suficientemente definido a ponto de admitir enumeração detalhada.

O efeito, então, de (metaforicamente) chamar um homem de “lobo” é evocar o sistema-lobo de lugares comuns relatados. Se o homem é um lobo, ele se alimenta de outros animais, é feroz, faminto, envolvido em constante luta, um animal que se alimenta de carniça, e assim por diante. Em cada uma dessas asserções subtendidas tem-se agora de ser feita a adequação ao objeto principal (o homem) ou em sentido normal ou anormal. Se a metáfora for de todo adequada, isso pode ser feito – ao menos até certo ponto. Um ouvinte apropriado será conduzido pelo sistema-lobo de suposições a construir um sistema correspondente de suposições sobre o objeto principal. Mas essas suposições *não* serão aquelas incluídas nos lugares comuns *normalmente* pressupostos pelos usos literais de “homem”. As novas suposições têm de ser determinadas pelo padrão de pressuposições associado ao uso literal da palavra “lobo”. Quaisquer traços humanos sobre os quais podemos sem esforço excessivo falar na “língua-lobo” serão retribuídos prontamente, e quaisquer traços que não possam ficarão em segundo plano. A metáfora-lobo suprime alguns detalhes e enfatiza outros – em suma, *organiza* a nossa concepção de homem.

Considere que eu olhe para o céu noturno através de um pedaço de vidro embaçado no qual certas linhas foram deixadas claras. Assim, verei somente as estrelas que podem repousar naquelas linhas que foram previamente deixadas claras sobre o vidro, e as estrelas que eu vejo serão vistas como organizadas pelo modo como o vidro está. Podemos pensar na metáfora como esse vidro e no sistema de “lugares-comuns associados” da palavra foco como uma rede de linhas sobre o vidro. Podemos dizer que o objeto principal é “visto através” da expressão metafórica – ou, se preferirmos, que o objeto principal é “projetado sobre” o campo do objeto subsidiário. (Na última analogia, o sistema de suposições da expressão foco tem de ser tomado como aquilo que determina a “lei da projeção”).

Ou tomemos outro exemplo. Considere que sou incumbido de descrever uma batalha usando, tanto quanto possível, palavras retiradas do vocabulário do

xadrez. Esses últimos termos determinam um sistema de suposições cujo procedimento é controlar a minha descrição da batalha. A escolha forçada do vocabulário do xadrez conduzirá a alguns aspectos da batalha a serem enfatizados, outros a serem negligenciados, e tudo isso a ser organizado de um modo que causaria muito mais força que em outros modos de descrição. O vocabulário do xadrez filtra e transforma: ele não apenas seleciona, apresenta aspectos da batalha que poderiam não ser vistos por outro meio, (Estrelas que não podem ser vistas, exceto através de telescópios.)

Também não devemos negligenciar as mudanças de atitude que regularmente resultam do uso da linguagem metafórica. Um lobo é (convencionalmente) um objeto detestável e aterrador; assim, chamar um homem de lobo é sugerir que ele também é detestável e aterrador (e, desse modo, sustentar e reforçar atitudes dialógicas). Novamente, o vocabulário do xadrez tem seu uso primário em um cenário altamente artificial no qual toda a expressão de sentimento é formalmente excluída: descrever uma batalha como se ela fosse um jogo de xadrez é, de acordo com isso, excluir, pela escolha da linguagem, todos os aspectos mais emocionalmente perturbadores da guerra. (Subprodutos similares não são raros nos usos filosóficos da metáfora.)

Uma objeção razoavelmente óbvia à “perspectiva interacionista” recém esboçada é que ela tem de sustentar que alguns dos “lugares-comuns associados” sofrem mudança de significado metafórico no processo de transferência do objeto secundário para o principal. E *essas* mudanças, caso ocorram, dificilmente podem ser explicadas pela abordagem fornecida. A metáfora primária, poder-se-ia dizer, foi analisada dentro de um conjunto de metáforas subordinadas, de modo que a explicação dada ou é circular ou conduz a um regresso ao infinito.

Poder-se-ia responder a tal negando-se que *todas* as mudanças de significado nos “lugares-comuns associados” tenham de ser consideradas como mudanças metafóricas. Muitas delas são mais bem descritas como *extensões* do significado, pois não envolvem conexões aprendidas entre dois sistemas de conceitos. Não me dei ao trabalho de explicar como tais extensões ou mudanças ocorrem no geral, e não penso que qualquer explicação simples caiba a todos os

casos. (É muito fácil resmungar “analogia”, mas um exame mais atento logo exhibe todos os tipos de “bases” para mudanças de significado com contexto – e, às vezes, nenhuma).

Em segundo lugar, eu não negaria que uma metáfora pudesse envolver certa quantidade de metáforas subordinadas entre suas pressuposições. Penso, contudo, que geralmente tenciona-se que tais metáforas subordinadas sejam entendidas menos “enfaticamente”, *i.e.*, com menos ênfase sobre *suas* pressuposições. (As pressuposições de uma metáfora são como as nuances de um acorde; dar “importância” demais a elas é como tentar fazer o som secundário soar tão alto quanto as notas principais – e tão inútil quanto). Em qualquer caso, as metáforas primárias e subordinadas irão normalmente pertencer ao mesmo campo de discurso, de modo que elas mutuamente reforçam um e o mesmo sistema de pressuposições. Reciprocamente, quando metáforas substancialmente novas aparecem, à medida que a metáfora primária vai sendo esclarecida, há sérios riscos de confusão de pensamento (*c.f.* a costumeira proibição contra “metáforas misturadas”).

A explicação precedente da metáfora, contudo, necessita de correção para que seja razoavelmente adequada. A referência aos “lugares-comuns associados” funcionará nos casos mais comuns em que o autor joga apenas com o estoque de conhecimento comum (e informações falsas comuns) presumivelmente compartilhados pelo leitor e por ele próprio. Mas num poema, ou numa prosa contínua, o escritor pode estabelecer um novo padrão de pressuposições para os usos literais de expressões chave, anterior ao uso delas como meio para suas metáforas. (Um autor pode fazer muito para suprimir pressuposições indesejáveis da palavra “contrato”, através de uma explícita discussão de seu significado pretendido, antes de prosseguir no desenvolvimento de uma teoria contratual da soberania. Ou um naturalista que realmente conheça de lobos pode nos contar muito acerca deles a ponto de *sua* descrição de homem como um lobo divergir notoriamente do estoque de usos daquela figura). As metáforas podem ser auxiliadas por sistemas de pressuposições especialmente construídos, tanto

quanto por lugares-comuns aceitos; elas podem ser feitas por métrica e não precisam ser batidas.

Foi uma simplificação, novamente, falar como se o sistema de pressuposição da expressão metafórica permanecesse inalterado pelo enunciado metafórico. A natureza da aplicação pretendida ajuda a determinar o caráter do sistema a ser aplicado (como se as estrelas pudessem determinar parcialmente o caráter do vidro através do qual nós as olhamos). Se chamar um homem de lobo é colocá-lo numa posição especial, não podemos nos esquecer de que a metáfora faz o lobo parecer mais humano do que de outro modo seria.

Espero que complicações como essas possam ser acomodadas dentro do esboço da “perspectiva interacionista” que tentei apresentar.

VI

Uma vez que fiz bastante uso de exemplos e ilustrações, seria bom apresentar explicitamente (e por meio de sumário) alguns dos aspectos principais pelos quais a perspectiva “interacionista” recomendada difere de uma perspectiva “substitutivista” ou “comparativista”.

Na forma que a venho expondo, a “perspectiva interacionista” está comprometida com as sete afirmações seguintes:

- (1) Um enunciado metafórico tem *dois* objetos distintos – um objeto “principal” e outro “auxiliar”.⁶⁴
- (2) Esses objetos são muitas vezes melhor considerados como “*sistemas* de coisas”, do que propriamente “coisas”.
- (3) A metáfora funciona pela aplicação, no objeto principal, de um sistema de “pressuposições associados” características do objeto auxiliar.

⁶⁴ Essa observação foi feita diversas vezes. *E.g.*: “Como em expressões metafóricas, que é uma grande excelência em estilo, quando é usada com propriedade, para lhe dar duas ideias numa só” (Samuel Johnson, citado por Richard, *op. cit.*, p.93).

A escolha de etiquetas para o “objeto” é problemática. Veja a “Nota sobre terminologia” anexada a este artigo.

- (4) Essas pressuposições consistem comumente de “lugares-comuns” sobre o objeto auxiliar, mas podem, em casos apropriados, consistir de pressuposições desviantes estabelecidas *ad doc* pelo escritor.
- (5) A metáfora seleciona, enfatiza, suprime e organiza características do objeto principal através de enunciados pressupostos sobre ele que normalmente se aplicam ao objeto auxiliar.
- (6) Isso envolve mudanças no significado das palavras que pertencem à mesma família ou sistema que as expressões metafóricas; e algumas dessas mudanças, ainda que nem todas, podem ser transferências metafóricas. (As metáforas subordinadas têm, contudo, de ser lidas menos “enfaticamente”.)
- (7) Não há, no geral, “base” simples para as mudanças necessárias de significado – nenhuma razão abrangente do porquê de algumas metáforas funcionarem e outras não.

Veremos, após análise, que o ponto (1) é incompatível com as formas mais simples de uma “perspectiva substitutivista”, e que o ponto (7) é formalmente incompatível com a “perspectiva comparativista”; ao passo que os pontos remanescentes fornecem razões para considerar a “perspectiva comparativista” como inadequada.

É fácil, porém, exagerar nos conflitos entre essas três perspectivas. Se insistíssemos que somente exemplos que satisfizessem todas as sete afirmações listadas acima deveriam contar como metáforas “genuínas”, restringiríamos o uso correto da palavra “metáfora” a um número de casos muito pequeno. Isso seria defender uma definição persuasiva de “metáfora” que tenderia a fazer todas as metáforas interessantemente complexas.⁶⁵ E tal desvio dos usos correntes da palavra “metáfora” deixar-nos-ia sem uma etiqueta conveniente para os casos mais triviais. Ora, apenas em tais casos triviais é que as perspectivas “substitutivista” e

⁶⁵ Tendo a concordar com a posição de Empson de que “O termo [‘metáfora’] melhor corresponderia àquilo que os próprios falantes percebem como sendo um uso rico, ou sugestivo, ou persuasivo de uma palavra, ao invés da inclusão de usos como a *perna* de uma mesa” (*The Structure of Complex Words*, p. 333). Mas há também o perigo oposto de tornar as metáforas demasiado importantes por definição, e, por conseguinte, restringir excessivamente a nossa visão do objeto.

“comparativista” algumas vezes parecem mais próximas de estarem corretas do que “perspectivas interacionista”. Poderíamos resolver a questão *classificando* as metáforas como instâncias de substituição, comparação ou interação. Somente o último tipo é importante na filosofia.

Pois as metáforas da substituição e da comparação podem ser trocadas por traduções literais (com possível exceção no caso de catacrese) – sacrificando um pouco do charme, da vivacidade ou da sutileza do original, embora sem perda do conteúdo *cognitivo*. Mas as “metáforas da interação” não são esgotáveis. Seu modo de operação requer que o leitor use um sistema de pressuposições (um sistema de “lugares-comuns” – ou um sistema especial estabelecido para uma finalidade em mãos) como um meio para selecionar, enfatizar e organizar relações em um campo diferente. Esse uso de um “objeto auxiliar” para favorecer a compreensão do “objeto principal” é uma operação *intelectual* distintiva (ainda que bastante familiar através de nossas experiências de aprendizagem do que quer que seja), demandando atenção simultânea de ambos os objetos, mas não redutível a qualquer *comparação* entre os dois.

Suponha que tentemos enunciar o conteúdo cognitivo de uma metáfora de interação em “linguagem comum”. Até certo ponto, podemos ter sucesso em enunciar um número de relações relevantes entre os dois objetos (embora da perspectiva da extensão do significado acompanhando a mudança no sistema de pressuposições do objeto auxiliar não se deva esperar muito da paráfrase literal). Mas o conjunto de enunciados literais assim obtidos não terá o mesmo poder de informar e iluminar como o original. Por um motivo, as pressuposições, previamente deixadas para que um leitor apropriado – sensível às suas relativas prioridades e graus de importância – as infira por si próprio, são agora apresentadas explicitamente como tendo igual importância. A paráfrase literal inevitavelmente diz muito – e com a ênfase errada. Um dos pontos que me convém mais salientar é o de que a perda em tais casos é uma perda em conteúdo *cognitivo*; o ponto fraco da paráfrase literal não é que ela possa ser desagradavelmente prolixa ou tediosamente explícita – ou deficiente em

qualidades de estilo; ela falha em ser uma tradução porque falha em fornecer a *compreensão* que a metáfora deu.

Mas a “explanação”, ou elaboração das bases da metáfora, ainda que não seja considerada como uma substituta cognitiva adequada para o original, pode ser extremamente valiosa. Uma metáfora poderosa não será mais prejudicada por tal investigação do que uma obra musical pela análise de sua estrutura harmônica e melódica. Sem dúvida as metáforas são perigosas – e talvez especialmente na filosofia. Mas uma proibição contra seus usos seria uma restrição intencional e prejudicial à nossa capacidade de investigação.⁶⁶

⁶⁶ (*Uma nota sobre a terminologia*): Para as metáforas que se ajustam às perspectivas substitutivista ou comparativista, os fatores que precisam ser distinguidos são: - (i) alguma palavra ou expressão E , (ii) que ocorre em algum “enquadramento” verbal F , de modo que (iii) $F(E)$ é o enunciado metafórico em questão; (iv) o significado $m'(E)$ que E tem em $F(E)$; (v) que é o mesmo que o significado literal, $m(X)$, de algum sinônimo literal X . Um vocabulário técnico suficiente seria: “expressão metafórica” (para E), “enunciado metafórico” (para $F(E)$), “significado metafórico” (para m') e “significado literal” (para m).

Onde a perspectiva da interação é apropriada, a situação é mais complicada. Podemos também precisar referir (vi) ao objeto principal de $F(E)$, digamos P (grosso modo, sobre aquilo que o enunciado “realmente” é), (vii) ao objeto auxiliar, S (sobre o que $F(E)$ seria se interpretado literalmente); (viii) ao sistema de pressuposições relevante, I , conectado a S , e (ix) ao sistema de atribuições resultante, A , afirmado de P . Temos de aceitar toda essa complexidade caso concordemos que o significado de E em sua composição F depende da transformação de I em A pelo uso da linguagem, normalmente aplicada a S , aplicada ao invés disso a P .

Richards sugeriu usar as palavras “teor” e “veículo” para os dois “*pensamentos*” que, do seu ponto de vista, são “ativos conjuntamente” (para “as duas *ideias* que a metáfora, em sua forma mais simples, nos dá”, *Op. cit.*, p. 96, itálico meu) e insiste que reservemos “a palavra ‘metáfora’ para toda a dupla unidade” (*Ib.*). Porém, essa imagem de duas *ideias* influenciando uma a outra é uma ficção inconveniente. E é sugestivo que Richards rapidamente deslize ao falar de “teor” e “veículo” como “coisas” (*e.g.* na p. 118). O “veículo” de Richards vacila em referência entre a expressão metafórica (E), o objeto auxiliar (S) e o sistema de pressuposições conectado (I). É menos claro o que seu “teor” significa: às vezes representa o objeto principal (P), às vezes as pressuposições conectadas ao objeto (que não simbolizei anteriormente), às vezes, apesar das intenções do próprio Richard, o significado *resultante* (ou como podemos dizer o “significado pleno”) de E em seu contexto $F(E)$.

Provavelmente não há esperança de se obter uma terminologia consensual dado que os autores que lidam com o tema ainda estão em grande desacordo.